



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO DE LEI Nº 58/2025, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A  
DESPESA DO MUNICÍPIO DE  
RELVADO PARA O EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2026.**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**CAPÍTULO II  
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I**

Da Estimativa da Receita

**Art. 2º.** A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 48.124.000,00 (Quarenta e oito milhões, cento e vinte e quatro mil reais).

**Art. 3º.** A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1 – RECEITAS CORRENTES</b>	<b>35.466.800,00</b>
Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	1.298.100,00
Receita de Contribuições	80.000,00
Receita Patrimonial	113.000,00
Receita de Serviços	521.400,00
Transferências Correntes	33.396.800,00
Outras Receitas Correntes	57.500,00
<b>2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>17.979.000,00</b>
Operações de Crédito Internas	9.900.000,00
Transferências de Capital	8.079.000,00
Alienação de Bens	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00
<b>9 – DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>5.321.800,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>48.124.000,00</b>

**Seção II**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### Da Fixação da Despesa

**Art. 4º.** A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 48.124.000,00 (quarenta e oito milhões, cento e vinte e quatro mil reais) sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 41.289.900,00 (quarenta e um milhões, duzentos e oitenta e nove mil e novecentos reais);

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 6.834.100,00 (seis milhões, oitocentos e trinta e quatro mil e cem reais);

**Art. 5º.** A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	TOTAL
<b>3. DESPESAS CORRENTES</b>	<b>26.183.900,00</b>
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.253.800,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	560.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	15.370.100,00
<b>4. DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>21.640.100,00</b>
4.1 – Investimentos	21.393.300,00
4.2 - Inversões Financeiras	0,00
4.3 – Amortização da Dívida	246.800,00
9.9 - Reserva de Contingência	300.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>48.124.000,00</b>

**Art. 6º.** Integram esta Lei, nos termos da Lei Municipal nº 1899/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

### Seção III

#### Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

**Art. 7º.** Ficam autorizados:

I – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 25 % da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a Reserva de Contingência, observado o disposto na Lei Municipal Nº 1899/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026;

b) incorporação de superávit financeiro do exercício anterior, bem como o que for gerado em 2026 a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;

c) excesso de arrecadação, a ser apurado nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 25 % de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias da Câmara, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

**Parágrafo único.** As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**Art. 8º.** Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de:

I — Dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II — Dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 – Juros Sobre a Dívida por Contratos, 22 – Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato, 71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado e 91 – Sentenças Judiciais;

III — dotações de despesas suportadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis e transferências voluntárias da União e do Estado.

### **CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 9º.** A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.

**Art. 10.** O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

**Art. 11.** Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referido no art. 1º, Parágrafo Único, I, “a”, da Lei Municipal nº 1899/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 em conformidade com o disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da referida Lei.

**Parágrafo único.** Para efeito para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário e nominal, apurados pela metodologia acima da linha, serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

**Art. 12.** O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RELVADO/RS**, aos 05 dias do mês de dezembro de 2025.

**CARLOS LUIZ FRAPORTI**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RELVADO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Vereador Presidente:  
Senhores(as) Vereadores(as):

Ao encaminharmos a essa Casa Legislativa o Projeto de Lei do Orçamento nº 58/2025 para o exercício de 2025, estamos demonstrando onde será aplicada a receita que está prevista para arrecadarmos no exercício, considerando a despesa em suas unidades orçamentárias.

Como é de conhecimento de Vossas Senhorias, este Projeto de Lei de Orçamento/2026, vem completar o que foi previsto nas metas prioritárias da LDO/2026 aprovada por esse Legislativo Municipal.

O orçamento em seu conteúdo traduz todas as Atividades e Projetos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, distribuídos dentro da Funcional Programática e por Categorias Econômicas, que servirá para serem efetuados os devidos lançamentos contábeis a realizar-se no exercício considerado.

Cientes da compreensão dos nobres vereadores, esperamos contar com a aprovação do presente Projeto de Lei, e reiteramos a vossas senhorias nossas considerações.

Atenciosamente,

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RELVADO**, aos 05 dias do mês de dezembro do ano de 2025.

**CARLOS LUIZ FRAPORTI**  
Prefeito Municipal